

3. Informações Gerais

Data: 27.02.2014	Horário: 9h às 12h30	Local: Plenário do CNJ
-------------------------	-----------------------------	-------------------------------

Participantes:

Presenciais

- | | |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. Dr. Clenio Jair Schulze - CNJ2. Ivan Gomes Bonifácio – CNJ3. Rita de Cássia S. Landim – CNJ4. José Francisco Alves – CNJ5. Francisco Romero – CNJ6. Hélio Gomes – CNJ7. Felipe Araújo da Silva - CNJ8. Dr. Alexandre Ramos – TRTSC9. Dr. Sergio Antonio Brum – TJMRS10. Dra. Kelly Cristina Oliveira Costa – CJF11. Dra. Katia Parente Sena - TJPA12. Dr. Maurício Pinto Ferreira – TRE/MG13. Dr. João Adalberto Castro Alves - TJRO14. Silene Gonçalves – TRF315. Misael Guerra Andrade – CJF16. Silvana Conceição Dias Soares – CJF17. Silene Gonçalves – TRF318. Kleyce Oliveira – STJ19. Liz Criciny W. Rauber – TJDFT20. Ione Grace N. Cidade - TJRO21. Rosângela Vieira de Souza – TJRO22. Wanderley Hora Hülse – TJSC | <ol style="list-style-type: none">23. Vivian Lopes – TST24. André N. P. Barbosa - TST25. Simone Dal Molin – TJMRS26. Thaísa Souza – STM27. Aloysio - STM28. Fernanda Ferreira – TRT1229. Flávio Caixeta – TRE/MG30. Ana Cristina Correia – TRE/PE31. Ketlin Feitosa Scartezini - STJ32. Marcelo Conforto Moreira – STJ33. Luiz Carlos dos Santos – STJ34. Ana Cláudia Faria – STJ35. Walber Jericó de Araújo - STJ36. Breno Machado – TRE/MG37. Franck Vieira – TJPE38. Raquelita Athias – TJPA39. Valéria Fontelles – TJPA40. Erick Andrade – TJSE41. Rogério Guimarães dos Santos - TJSE |
|--|--|

Participantes:

Videoconferência

42. Carmem Martins – TJSP
43. Rodrigo Teixeira – TJSP
44. Marco Aurelio Giovani Visconti

4. Pauta da reunião

- Noticiar o teor do Memorando 001/2014 – Gab. Conselheira Maria Cristina a respeito de proposta de inclusão da JF na meta 6;
- Análise do Memorando 003/2014 – Gab. Conselheiro Guilherme Calmon a respeito de inclusão do tema *Políticas Raciais* no Planejamento Estratégico do Judiciário;
- Análise de proposta para inclusão de meta sobre os crimes de redução à condição análoga à de escravo (art. 149, CP) – Justiça Federal;
- Aprovação de proposta de pauta para a Reunião Preparatória;
- Incremento de informações relativas à meta 4 (*e-mail* DGE de 8/1/2014).
- Análise das propostas apresentadas pelos segmentos para o desdobramento dos Macrodesafios 2015-2020;
 - Priorização dos Macrodesafios;
 - Iniciativas;
 - Indicadores;
 - Metas Pétreas;
- Definição de critérios de implantação e acompanhamento das metas específicas 2014.

5. ABERTURA

Dr. Clenio deu as boas-vindas a todos, declarou abertos os trabalhos e desejou êxito na empreitada. Colocou a equipe do CNJ a disposição dos tribunais e passou à análise dos itens pautados para a reunião.

O Conselheiro Rubens Curado, integrante da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, manifestou-se à parte para dar boas-vindas aos membros do Comitê Gestor Nacional e desejar a todos bom trabalho. Reafirmou a importância do trabalho da Rede de Governança Colaborativa e do trabalho conjunto e participativo.

6. DELIBERAÇÕES

6.1. ***Noticiar o teor do Memorando 001/2014 – Gab. Conselheira Maria Cristina a respeito de proposta de inclusão da JF na meta 6***

- Dra. Kelly, representante do CJF, ponderou que a proposta para adesão da Justiça Federal à Meta 6 em 2015 será encaminhada aos demais membros do Comitê Gestor do Segmento que formarão sua convicção e se manifestarão, ao CNJ, sobre a questão até o dia 22/3.
- A previsão é que o Comitê Gestor da Justiça Federal se reúna nos dias 20 e 21 de março, quando discutirão também esse assunto.

6.2. Análise do Memorando 003/2014 – Gab. Conselheiro Guilherme Calmon a respeito de inclusão do tema Políticas Raciais no Planejamento Estratégico do Judiciário

- Quanto à inclusão do tema no Planejamento Estratégico, estabeleceu-se que os segmentos apresentarão suas propostas ou se pronunciarão contra ou a favor, até o dia 22/03.
- O segmento da Justiça Estadual já se pronunciou a respeito da matéria, entendendo que o Macrodesafio Garantias dos Direitos à Cidadania já contempla a questão.
- O DGE encaminhará cópia do Protocolo de Intenções citado no Memorando em tela, ao Comitê Gestor Nacional para subsidiar a análise.

6.3. Análise de proposta para inclusão de meta sobre os crimes de redução à condição análoga à de escravo (art, 149, CP) – Justiça Federal

- A Justiça Federal solicitou o mesmo prazo dado ao item 6.1 (22 de março), para que apresente proposta, que será após a reunião do Comitê Gestor da Justiça Federal, inicialmente prevista para dias 20 e 21 de março.

6.4. Aprovação de proposta de pauta para a Reunião Preparatória

- Dr. Clenio fez breves considerações sobre a dinâmica prevista para a realização da Reunião Preparatória e apresentou a minuta da programação do evento. Solicitou que a programação seja encaminhada ao Comitê Gestor Nacional.
- Concedido prazo de uma semana (7 de março) para que sejam encaminhadas sugestões em relação ao evento.

6.5. Incremento de informações relativas à meta 4 (e-mail DGE de 8/1/2014).

- Com relação à Meta 4 (Combate à Corrupção), Dr. Clenio e Ivan informaram aos participantes que os dados relativos aos julgamentos dos processos nela incluídos serão informados com um número maior de detalhes, a fim de aferir com melhor precisão, a qualidade das decisões que vêm sendo proferidas.
- Por outro lado, em relação aos crimes de menor potencial ofensivo, como por exemplo, desobediência, resistência e desacato, ficou decidido que eles serão excluídos da meta.
- Para o lançamento dos dados das Metas 2014, ficou acordado que, após o encaminhamento da versão 2 do glossário aos tribunais, será fixado um prazo para atualização dos dados e inclusão no sistema. No mesmo sentido, ficou estabelecido que o prazo padrão para os tribunais realizarem eventual adaptação dos sistemas próprios e análise do glossário de metas será de 30 (trinta) dias (úteis). Não

havendo manifestações em contrário, o prazo para lançamento dos dados começará a fluir normalmente. Permanece o prazo de 18 dias (úteis) para lançamento, se não houver alteração.

- Solicitado que os dados das metas que estejam em revisão (análise do glossário) deixem de ser divulgados até que o glossário esteja conclusivo. A proposta será encaminhada à Comissão Permanente de Gestão Estratégica. Após deliberação, o CNJ informará ao Comitê Nacional, por *e-mail*.
- O Diretor do DGE solicitou, mais uma vez, que os tribunais se empenhem na análise do Glossário, para uma construção participativa.
- À parte, informou-se que em breve será divulgado o balanço geral das Metas 2013, de forma que os tribunais devem envidar esforços para realizar a última revisão, antes da publicação.
- Suscitada dúvida sobre a inclusão, nas Metas 1 e 2 de 2014, da classe 278 (termo circunstanciado), concluiu-se que ocorreu erro material no glossário enviado pelo Comitê. Assim, decidiu-se pela exclusão da referida classe no cômputo das Metas 1 e 2 para a Justiça Estadual e aguardar pronunciamento da Justiça Federal para decisão sobre a exclusão ou manutenção para este segmento de justiça.

6.6. Análise das propostas apresentadas pelos segmentos para o desdobramento dos Macrodesafios 2015-2020.

- Priorização dos Macrodesafios;
- Iniciativas;
- Indicadores;
- Metas Pétreas.
- As apresentações com as propostas dos segmentos estão publicadas no Portal do CNJ, no link <http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/2013-04-01-18-27-25>

6.6.1 Justiça Estadual

Em relação às propostas apresentadas pela Justiça Estadual destacam-se os seguintes pontos:

- Foram priorizados para 2015 seis Macrodesafios. Os representantes do CNJ sugeriram uma nova avaliação quanto à quantidade de Macrodesafios para o primeiro ano e a possibilidade de incluir, como priorização, o Macrodesafio “Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes”.
- A Justiça Estadual informou que houve muito debate para utilização do IPCJUS, mas o entendimento da sua lógica ainda é imaturo para sua aplicação imediata, ficando para o futuro. Também ressaltou que o grande número de propostas de

iniciativas decorre da necessidade de se ter um rol de iniciativas que atenda as necessidades decorrentes de diferenças regionais e de porte dos tribunais.

- O segmento apresentou propostas de indicadores, iniciativas e priorização dos Macrodesafios.
- Debateu-se sobre a possibilidade de se mensurar a litigância serial. A Justiça Estadual informou ser possível, restando estabelecer uma metodologia para o trabalho. O segmento tem proposta de criar um grupo de trabalho para estudo do tema.

6.6.2 STJ

Das propostas apresentadas pelo STJ destacam-se os seguintes pontos:

- Sugeriu-se que na atuação do STJ fosse estabelecida uma meta em 2015 para enfrentar a questão dos recursos repetitivos, com aumento escalonado em relação ao ano precedente.
- Apresentou-se a preocupação de que o Planejamento Estratégico enfoque as questões socioambientais.
- O segmento apresentou propostas de priorização dos Macrodesafios, Metas Pétreas, iniciativas e indicadores.
- O STJ ponderou que a proposição de iniciativas fica dificultada enquanto não se tem a priorização resultante dos Macrodesafios.

6.6.3 Justiça Militar

Em relação às propostas apresentadas pela Justiça Militar, não houve considerações particularizadas, destacando-se, no entanto, a preocupação do segmento em distribuir com equidade os Macrodesafios ao longo do período previsto para execução do Planejamento Estratégico, a fim de se viabilizar o cumprimento das metas estabelecidas.

O segmento, por seu representante, destacou como prioridade do Planejamento Estratégico o combate ao gargalo da efetividade da prestação jurisdicional (as cartas precatórias foram consideradas uma das causas do gargalo), devendo se ter a preocupação para que não seja um Planejamento inchado, dificultando sua execução. Ressaltou a importância da Rede de Governança que possibilitou a realização do trabalho.

O segmento apresentou propostas de priorização dos Macrodesafios, iniciativas e indicadores. Ressalta-se também que a priorização dos Macrodesafios considerou o sexênio e não apenas os três primeiros anos do Planejamento Estratégico.

6.6.4 Justiça do Trabalho

Também não houve considerações particularizadas em relação às propostas apresentadas pela Justiça do Trabalho, sugerindo-se em relação ao segmento, apenas o refinamento das propostas para definição da dinâmica a ser adotada na Reunião Preparatória, no prazo geral definido de 20 dias.

Foram apresentados no máximo 3 indicadores por Macrodesafio, considerando os 12 cenários desejados. Não foram apresentadas propostas para a priorização, iniciativas e metas pétreas.

Sobre as metas pétreas, o segmento sugere que recaiam sobre as Metas de produtividade, antiguidade de processos e execução, que é um gargalo específico da Justiça do Trabalho. Para os demais setores de recursos e processos internos foram pensados em projetos, programas e ações que possam dar conta desses desafios mais internos.

6.6.5 Justiça Federal

Em relação às propostas apresentadas pela Justiça Federal, destacou-se que foram realizadas reuniões presenciais com os representantes do TRFs para debate das propostas, estabelecendo-se dois indicadores por Macrodesafios.

O segmento realizou a análise de cenários e cada um dos 5 tribunais ficou responsável por determinado Macrodesafio para aprofundamento do assunto.

O segmento apresentou propostas de priorização dos Macrodesafios, iniciativas e indicadores e as metas pétreas indicadas pelo segmento foram as atuais metas 1 e 2, embora não estejam na apresentação.

6.6.6 Justiça Eleitoral

Concedida a palavra à Justiça Eleitoral, destacou-se que a falta de orientação e a ausência do TSE nas reuniões de planejamento estratégico impossibilitaram a apresentação de propostas do segmento Justiça Eleitoral. O representante sugeriu que se refletisse sobre a possibilidade de fixação de metas relacionadas à produtividade dos magistrados, como medida tendente a imprimir maior efetividade à prestação jurisdicional entregue pelo segmento. As metas seriam aplicadas apenas aos TREs.

6.7. Definição de critérios de implantação e acompanhamento das metas específicas 2014

- Deliberou-se por atribuir a cada segmento de justiça a elaboração, atualização e aprovação do glossário das Metas Específicas.
- Aprovada a sugestão de encaminhamento dos dados sobre as metas específicas do segmento quadrimestralmente.

- Deliberou-se por ajustar a meta específica da Justiça Estadual **Mapear, pelo menos, 60% das competências dos tribunais, até 31/12/2014, para subsidiar a implantação da gestão por competências**, para que considere somente o mapeamento de processos do 1º Grau.

6.8. Alteração dos Macrodesafios 2015-2020

- Foi deliberado entre o CNJ e os representantes da Justiça Federal, presentes à reunião, que esse segmento deve ser incluído no Macrodesafio **Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas**.

6.9. Instruções gerais a todos segmentos

- Foi estabelecido prazo de **20 dias corridos** para encaminhamento das propostas de **Priorização dos Macrodesafios, respectivas iniciativas (máximo de 3 por macrodesafio), indicadores (máximo de 3 por macrodesafio) e metas pétreas, considerando-se o ano de 2015**.
- O critério para priorização dos Macrodesafios ainda será pensado: por segmento ou nacionalmente.
- O CNJ apontou como prioridade as questões sobre a desjudicialização e grandes litigantes.
- Foi informado que os segmentos poderão manter banco de iniciativas, indicadores e metas e, à medida que necessitem, lancem mão para atender aos desafios específicos.
- Com relação à Gestão de Custos, após diversas considerações e exemplos apresentados, concluiu-se que os componentes de um indicador de custos devem ser amplamente debatidos, sopesando-se as nuances inerentes ao binômio quantidade versus qualidade da prestação jurisdicional, bem como as questões de impacto ambiental e da adoção do PJe. Sugeriu-se que a medição se inicie com indicador mais simples que considere a produtividade X orçamento executado. Foi sugerido, ainda, que os tribunais avaliem a possibilidade de inclusão de indicadores relacionados ao tema socioambiental.
- Em relação ao índice de clima organizacional, foi sugerida a utilização dos dados levantados a partir da pesquisa do Senso do Poder Judiciário. Atualmente esses dados estão sendo analisados, com previsão de publicação no meio do ano.
- Solicitou-se que as iniciativas sejam um pouco mais detalhadas, assim como priorizadas por ano, com vistas à votação na Reunião Preparatória.
- Com relação à Instituição da Governança Judiciária, foi sugerido que se utilizasse a métrica adotada pelo CNJ no diagnóstico do Poder Judiciário, ao invés dos parâmetros do TCU.

- A respeito das propostas relacionadas ao Macrodesafio “Melhoria da infraestrutura e governança de TIC”, deliberou-se por:
 - Utilizar como parâmetro as determinações contidas na Resolução 90/2009 (ou outra que vier a substituí-la) como referência para formulação de propostas de indicadores.
 - As propostas (sistemas, indicadores e iniciativas) relacionadas à área de TIC serão encaminhadas ao Comitê de TIC para apreciação.
- Sobre as propostas relacionadas às execuções fiscais, foi sugerido o acompanhamento das propostas de desjudicialização em debate no CNJ (audiência pública realizada nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2014) que poderá servir para definição de um grande projeto nacional.
- Em relação à Gestão de Pessoas, o CNJ deverá editar orientações quanto à adoção de políticas para esse tema, com base nas orientações exaradas pelo TCU no acórdão 3023 para aprimoramento da governança de pessoas.
- Questionado ao CNJ sobre a publicação do Plano Estratégico 2015-2020, informou-se que esse instrumento terá como item permanente os Macrodesafios, metas pétreas e outros itens do planejamento que se iniciarão em 2015 e continuarão até o final do período. Outros itens, como as metas e iniciativas, serão atualizados a cada ano, por ocasião das decisões no Encontro Nacional.
- Os tribunais devem pensar em proposição de texto para a nova resolução, especialmente no que concerne ao alinhamento das diversas iniciativas, resoluções e exigências do CNJ.

7. ENCERRAMENTO

Ao final do evento, voltou à baila a preocupação dos tribunais quanto às exigências exaradas pelas diversas unidades e Comissões do CNJ que eventualmente divergem das metas e prazos estabelecidos pelo Planejamento Estratégico Nacional. Nesse contexto, Dr. Clenio mostrou-se empenhado em se manter a obrigatoriedade do alinhamento das diversas iniciativas, resoluções e exigências do CNJ ao Planejamento Nacional, a ser aprovado por nova resolução que substituirá a Resolução 70. Aproximando-se do fim da reunião, o STJ se colocou a disposição dos tribunais para compartilhar sua experiência em relação às questões socioambientais.

Por derradeiro, Dr. Clenio agradeceu a todos pela colaboração, desejando bom retorno aos seus estados de origem e, antes de encerrar os trabalhos, renovou o convite a todos para participarem da Reunião Preparatória do VIII Encontro Nacional a se realizar nos dias 26 e 27 de março.

ATA DE REUNIÃO

REUNIÃO – COMITÊ GESTOR NACIONAL
27.02.2014



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR NACIONAL ESTRATÉGIA NACIONAL

Lista de presença – 27 de fevereiro de 2014

Nome	Tribunal	Cargo/função	e-mail	Assinatura
MAURICIO PINTO FERREIRA	TRE-MG	JUIZ TITULAR	MAURICIO.PFERREIRA@TRE-MG	
ANA CRISTINA VIEIRA	TRE-PE	ASSESSOR PLANJ.	asplan@tre-pe.jus.br	
Vivian Lopes	CSST	servidora	vivian.lopes@tst.jus.br	
Alexandre Luiz Romão	TRT/12º	JUIZ TITULAR	alexandre.romao@trt12.jus.br	
André N. P. Barbosa	TST	servidora	ANDRE.BARBOSA@TST.JUS.BR	
FERNANDA GOMES FERREIRA	TET 12º	DIREÇÃO SEPLAU	fernanda.goffe@trt12.jus.br	
FLÁVIO AUGUSTO MAINETTI CAHETA	TRE-MG	ASS. PLANJ EST	flavio.caheta@tre-mg.jus.br	
Breno Murari Magnoni Machado	TRE-MG	CHEFE PLANJAM.	Breno.Machado@Tre-MG.Jus.Br	
Simone Maria Picoral Dal Molin	TJM-RS	servidora	nge@tjms.jus.br	
SERGIO ANTONIO BEANI DE BRUM	TJM-RS	JUIZ NÍVITAR	BRUM@TJMRS.JUS.BR	
Thaís Raquel Lammounier Souza	STM	servidora	THAISARL@STM.JUS.BR	
RAQUELITA ATHIAS	TJPA	Ass Esp. Peerid.	raquelita.athias@tjpa.jus.br	
KÁTIA PARENTE SENA	TJPA	JUIZ AUXILIAR PRESIDENCIA	katia.sena@tjpa.jus.br	
Valéria Fontelles de Lira	TJPA	Coord. de Gest. Est	valeria.fontelles@tjpa.jus.br	
Walber S. R. Araújo	STJ	Coord. Gestão Inf.	Walber@stj.jus.br	

ATA DE REUNIÃO

REUNIÃO – COMITÊ GESTOR NACIONAL
27.02.2014



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Nome	Tribunal	Cargo/função	e-mail	Assinatura
1 LUIZ CARLOS CARDOSO DOS SANTOS	STJ	COORD. GESTÃO PROCESSOS	LSANTOS@STJ.JUS.BR	<i>[Assinatura]</i>
1 ANA CLÁUDIA DE ALMEIDA ABBREU FARIA	STJ	PLAN. E. ESTRAT.	anaofaria@stj.jus.br	<i>[Assinatura]</i>
ROGERIO GUIMARAES DOS SANTOS	TJSE	PLAN. E. ESTRAT.	rogero1@tjse.jus.br	<i>[Assinatura]</i>
* KLEYCE OLIVEIRA SILVA	STJ	ASSESSORA AMG	kleyce@stj.jus.br	<i>[Assinatura]</i>
LIZ CRICINY WEILANG RAUBER	TJDFT	Sec. Planej. e Gest. estr.	liz@tjdf.jus.br	<i>[Assinatura]</i>
WANDERLEY HOEN HILSE	TJSC	ASSISTOR PLAN.	WANDERLEY@TJSC.JUS.BR	<i>[Assinatura]</i>
FRANCK B. BERNARDO VIEIRA	TJPE	ASSESSOR PLANESIM	FRANCK.VIEIRA@TJPE.JUS.BR	<i>[Assinatura]</i>
1 SILENE GONÇALVES	TRF3	GESTÃO ESTRATÉGICA	svieira@TRF3.JUS.BR	<i>[Assinatura]</i>
Kelly Cristina O. Costa	CJF	Juíza Concedido COGER	kelly.costa@cjf.jus.br	<i>[Assinatura]</i>
MISAEEL GVERNA PESSOA DE ANDRADE	CJF	SECRETÁRIO DESIMP	MISAEEL@CJF.JUS.BR	<i>[Assinatura]</i>
SIWANA CONCEIÇÃO DIAS SOARES	CJF	Coord. Cent. Gtr	SSOARES@CJF.JUS.BR	<i>[Assinatura]</i>
1 MARCELO CONFORTO DE ALONSO MORAES	STJ	COORD. PLAN. ESTRAT.	MARCELO.MORAES@STJ.JUS.BR	<i>[Assinatura]</i>
Ketelin Feitosa de A. L. Scatopini	STJ	Coord. Socioambiental	Ketelin@Stj.jus.br	<i>[Assinatura]</i>
1 Ione Grace N. Cidade	TJRO	Coord. Estratégia	ionegrace@gmail.com	<i>[Assinatura]</i>
1 José Alberto Castro Alves	TJRO	JUIZ AUXILIAR PRESIDENCIAL	CASIROALVESC@TJRO.JUS.BR	<i>[Assinatura]</i>
Erich S. Kipman	TJPE	pl. org. est	erich@tjpe.jus.br	<i>[Assinatura]</i>
Rosângela V. Sanzer	TJRO	de Planejamento	rosangela@tjro.jus.br	<i>[Assinatura]</i>
Rita S. Bandolim	CNJ	Chf. Divisão	ritabandolim@cnj.jus.br	<i>[Assinatura]</i>
Felipe Cesar A. da Silva	CNJ	Análise	Felipe.Silva@CNJ.JUS.BR	<i>[Assinatura]</i>

ATA DE REUNIÃO

REUNIÃO – COMITÊ GESTOR NACIONAL

27.02.2014



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Nome	Tribunal	Cargo/função	e-mail	Assinatura
IVAN BOMFACIO	CNU	DIRETOR	IVAN.BOMFACIO@CNJ.JUS.BR	
CLÊNIO SCHULZE	ENS	SVIZ	CLENIO.SCHULZE@ENS.SUS.BR	
JOSE FRANCISCO ALVES	DAELM		JOSEFRANCISCO.FSC.ALVES@CNJ.JUS.BR	
FRANCISCO F. RIBEIRO	DAELM		FRANCIS.F.RIBEIRO@DAELM	
FELIO GOMES ALVES	CNJ	Secretário	felio.gomes@cnj.jus.br	